

Alfabetização de jovens e adultos: instrumento para a transformação social

Youth and adult literacy: instrument to social transformation

Karoline Davantel Genaro Mendes*
Gerceley Paccola Minetto**

Resumo: O estudo objetivou evidenciar a alfabetização como instrumento de ampliação da autonomia de jovens e adultos; bem como a importância do Serviço Social nesta realidade. Trata-se de pesquisa qualitativa, desenvolvida no período de fevereiro a outubro de 2009, tendo como universo 196 alunos diplomados pelo Centro Educacional de Jovens e Adultos de Bauru/SP em 2008, cuja amostra é de 12,75% (25 sujeitos). Os instrumentais de coleta de dados foram observação e entrevista. Os resultados apontam que as dificuldades percebidas pela não alfabetização estão relacionadas à vida cotidiana e responsabilidades do emprego. Há procura pelo CEJA para adquirir conhecimento e diploma; os avanços se relacionam ao reconhecimento profissional, à melhoria na renda, ao desenvolvimento das atividades cotidianas e às interações sociais e familiares. Conclui-se que o CEJA tem que alterar as condições de atendimento para atingir plenamente seu objetivo. A inserção do assistente social contribuirá para a efetiva ampliação da autonomia desses alunos.

Palavras-chave: Alfabetização. Educação de jovens e adultos. Serviço social escolar.

Abstract: The study aimed to demonstrate literacy as a tool to expand the autonomy of young people and adults as well as the importance of Social Services in this reality. This is a qualitative research, carried out from February to October 2009, with 196 graduates of Education Center for youth and adults of Bauru/SP in 2008, whose sample is 12.75% (25 subjects). The instruments for data collection were observation and interview. The results show that the difficulties perceived by the non-literacy are related to everyday life and responsibilities of the job. There is a demand for CEJA to acquire knowledge and diploma; the progresses relate to the professional recognition, to the income improvement, to the development of everyday activities and social and familiar interaction. It is concluded that the CEJA have to modify the conditions of service to fully achieve its goal. The insertion of social workers contributes to the effective expansion of the autonomy of these students.

Keywords: Literacy. Adult and youth education. Social workschool.

Recebido em: 20/07/2012. Aceito: em 20/03/2013

* Pós-Graduada em Gestão de Políticas Públicas e Terceiro Setor pela Instituição Toledo de Ensino (ITE). Bauru, São Paulo, Brasil. E-mail: kaiteka@gmail.com

** Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - campus Franca). Professora do Departamento de Serviço Social da Instituição Toledo de Ensino (ITE). Bauru, São Paulo, Brasil. E-mail: kaiteka@gmail.com

Introdução

O objeto deste estudo é a alfabetização nas unidades do Centro Educacional de Jovens e Adultos (CEJA) de Bauru como instrumento de ampliação da autonomia. Este tem por objetivo geral evidenciar a alfabetização como instrumento de ampliação da autonomia destes sujeitos, bem como a importância do Serviço Social nessa realidade. Os objetivos específicos, por sua vez, são: revelar as dificuldades ou limitações oriundas da não alfabetização; identificar avanços na vida social dos jovens e adultos após a alfabetização realizada pelo CEJA; evidenciar a importância do Serviço Social nessa realidade.

A relevância está na possibilidade de ampliar e oportunizar o crescimento de conhecimentos importantes para a prática do Serviço Social Escolar, assim como enfatizar a importância da alfabetização na conquista da autonomia através de reflexões e ações desenvolvidas por jovens e adultos entrando no mundo das letras, uma vez que se quer desvendar se a alfabetização de jovens e adultos é um instrumento para a transformação social.

A hipótese sugerida é a de que o instrumento principal para ampliar a autonomia na vida de jovens e adultos é a alfabetização, pois saber ler e escrever com propriedade é fundamental para a sua inserção no mercado de trabalho, na sociedade e no mundo, de forma que a alfabetização consiste no aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação e é a porta inicial para o acesso à cultura escrita, à educação e à informação.

Este estudo está organizado de forma que, primeiramente, contextualiza-se a alfabetização, bem como se desvenda a modalidade de educação de jovens e adultos de um modo geral; posteriormente, apresenta-se o Centro Educacional de Jovens e Adultos do município de Bauru, seguido da apresentação das ações desenvolvidas pela assistente social da Secretaria da Educação no Município em questão. Elucida-se, ainda, a necessidade da inserção do assistente social no âmbito escolar, em especial na modalidade de jovens e adultos e, logo em seguida, apresenta-se a metodologia do estudo, a análise e os resultados obtidos, sistematizados em dois eixos: 1. Dificuldades oriundas da deficiência ou ausência da alfabetização e motivos que

os levaram ao curso; 2. Os avanços conquistados após a inserção no Centro educacional de jovens e adultos, bem como os motivos que os levaram a continuar no CEJA e, por fim, apresenta-se a conclusão e as sugestões.

Fica reafirmado no artigo 208 da Constituição Brasileira o dever do Estado em garantir o ensino fundamental gratuito e obrigatório, estendendo o acesso gratuito, antes limitado à faixa etária de 07 a 14 anos (A Emenda Constitucional n. 53/2.006 altera a faixa etária de 07 para 06 anos), aos níveis de Educação básica, creche e pré-escola, e também às pessoas que, independentemente da idade, não o tiveram na idade própria, podendo ainda ter o acesso e estender-se até o ensino superior. Ressalta-se, inclusive, que o § 2º do artigo 208 declara: “O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente”, responsabilizando civilmente o Estado por omissão ou negligência por ser direito público subjetivo, conforme o parágrafo anterior, e assegura o direito de exigir dos Poderes Públicos o cumprimento da prestação.

Ainda é importante ressaltar que, nos termos Na norma constitucional de 1988, “o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos” (art. 14, § 1º, inc. I CF./88 c/c art. 4º da Lei n. 4737/65). Em contrapartida, são facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. É o que se extrai do inciso II, do mesmo dispositivo. Percebe-se, desta forma, que se o analfabeto antes não era considerado eleitor, passa agora a ter essa faculdade.

Bello (2001) coloca que até os dias de hoje muito tem se mexido no planejamento educacional, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países do mundo, as quais funcionam mais para manter o *status quo* para aqueles que frequentam os bancos escolares e menos para oferecer conhecimentos básicos para serem aproveitados pelos estudantes em sua vida prática.

Desta forma, é necessária a formação de uma equipe qualificada, composta por diversas áreas profissionais, dentre elas a do assistente social, a fim de proporcionar um aprendizado de qualidade e prevenir a evasão escolar, implementar as ações desenvolvidas pelo Programa,

aproximando os profissionais da realidade social dos alunos das unidades do CEJA, e intensificar oportunidade de expressão aos alunos quanto a expectativas e sugestões.

Contextualizando a alfabetização

A Educação é o implemento da autonomia e emancipação do indivíduo, consciente do seu papel na História.

Pelo Minidicionário da Língua Portuguesa (1997, p. 177) “educação” é definida como “desenvolvimento das faculdades físicas, morais e intelectuais do ser humano; ensino”. O mesmo dicionário (1997, p. 190) define “ensino” como “forma sistemática de transmitir conhecimentos em escolas; ensinamento”.

Ao considerar a educação em seu sentido restrito, de acordo com Pinto (2000, p. 29), “a pedagogia clássica, convencional, sistematizada, refere-se a educação às fases infantil e juvenil da vida do ser humano”. Porém, Pinto (2000, p. 29) ainda cita que este significado não seria o mais correto, e sim um sentido amplo, em que “a educação diz respeito à existência humana em toda sua duração e em todos os seus aspectos. Desta forma, justifica-se lógica e socialmente o problema da educação de adultos”.

A concepção jurídica de educação, segundo Machado Júnior (2003, p. 32), é:

Um direito da personalidade, decorrente da simples existência do ser humano, que tem início com o seu nascimento e apenas termina com a sua morte. Esse direito não se refere tão somente a uma liberdade de aprendizagem (liberdade de pensamento, de expressão e de acesso à informação), mas se caracteriza como direito social, pois todos podem exigir do Estado a criação de serviços públicos para atendê-lo, tendo características de direito absoluto, intransmissível, irrenunciável e inextinguível. Esse direito à educação deve ser usufruído desde os primeiros dias do nascimento da pessoa, acompanhando-o por toda a vida, e com isso temos a educação pré-escolar e a educação continuada, e esse direito deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o trabalho e o exercício consciente da cidadania.

Assim, se a educação perpassa por toda a vida, logo há a educação formal, aquela que está presente no ensino escolar institucionali-

zado, cronologicamente gradual e hierarquicamente estruturado; a educação informal, aquela que qualquer pessoa adquire e por meio dela acumula conhecimentos, seja através da auto-didática, onde o sujeito se instrui sozinho, sem professores, de experiência diária (em casa, no trabalho, no lazer) e/ou com professores particulares e aulas individuais; por último, a educação não formal, que se define por qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, se realiza fora dos quadros do sistema formal de ensino (BIANCONCINI; CARUSO, 2005).

A Educação de Jovens e Adultos, enfoque da presente pesquisa, se encaixa no contexto de uma educação formal. Esta educação ocorre no espaço da escola que, nas palavras de Gohn (2006, p. 29) “[...] são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais”.

Gohn (2006, p. 29) aponta que:

Na educação formal, entre outros objetivos destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais se destacam o de formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade etc.

Sabe-se da importância da leitura na vida do indivíduo que convive numa sociedade gráfica. A sociedade se organiza por meio da escrita, e, no cotidiano, tanto no ambiente doméstico quanto no trabalho, nos espaços de lazer, na religião e nas práticas sociais mais variadas, depara-se com a necessidade de ler e de escrever. Neste sentido, Barbato (2005, p. 12) esclarece que:

Hoje em dia, analisamos a questão do acesso à escrita do ponto de vista social e histórico como uma alternativa para a autonomia do indivíduo e no que se refere à sua participação como cidadão. O domínio da leitura e da escrita amplia as possibilidades de comunicação do sujeito, de sua inserção na cultura. Ele pode não somente se comunicar de formas diferentes, como também pode procurar o conhecimento em livros, jornais e outros portadores de textos, sem depender necessariamente de alguém que o auxilie e o acompanhe e leia e escreva para ele.

Ramal (1999, p. 35) por sua vez, explica que:

[...] jovens e adultos que não tiveram acesso à escola e, portanto, não tiveram oportunidade de aprender a lidar com os sinais que constituem o universo das representações escritas ficam limitados no entendimento das situações de leitura mais cotidianas, como a de cartazes, placas, formulários ou bulas de remédios. Dependem da ajuda de outros para escrever cartas aos parentes ou para decifrar as instruções mais simples. Estão sujeitos a ser enganados e são sempre menos valorizados pelos demais, que sabem ler.

Contudo, Possas (1999, p. 31) enfatiza que “todos os movimentos de escrita na sala de aula devem estar integrados às demais atividades, de modo que a escrita seja valorizada e ressaltada sem, contudo, isolar-se numa aula”.

O aprendizado da leitura é um momento importante na educação, que começa na alfabetização e se estende por toda educação básica. Consiste em garantir que o aluno consiga ler e compreender textos, em todo e qualquer nível de complexidade, ou ao menos deveria.

Porém, a mecanização e precarização do ensino, em algumas escolas, somadas a realidade social do aluno, surgem como obstáculos para que essa ampla alfabetização se resulte em forma plena. Citelli (2004, p. 85) ressalta que:

O ensino, antes de ser prescritivo ou baseado no princípio segundo o qual todos têm de saber a mesma coisa ao mesmo tempo, necessita reconhecer o desafio das estratégias antecipatórias, aquelas voltadas a produzir dinâmicas inovadoras e capazes de operar com as singularidades e particularidades que marcam a trajetórias dos alunos, pensados, agora, como sujeitos sociais.

É importante ressaltar que na época da fundação da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), em meados de 1958, definia-se como alfabetizada, uma pessoa capaz de ler ou escrever um enunciado simples, relacionado a sua vida diária. Vinte anos depois, a UNESCO sugeriu a adoção do conceito de alfabetismo funcional. O analfabeto funcional, de acordo com a UNESCO (2008, p. 58) é o sujeito que “não possui capacidade para fazer o uso efetivo da leitura e da escrita, nas

diferentes esferas da vida social, após alguns anos de escolarização”. Sabe-se ainda que, pelo critério adotado nas pesquisas censitárias brasileiras, são alfabetizadas funcionais as pessoas com mais de quatro anos de estudo (forma inadequada de medição, já que deveria ser medido pela qualidade do saber e não pela quantidade de anos cumprida em escola formal).

Moreira (2003, p. 1) simplifica que “analfabetos funcionais são pessoas completamente analfabetas no sentido tradicional ou pessoas aparentemente alfabetizadas, mas cujo grau de alfabetização é insuficiente para que exerçam funções básicas nas sociedades modernas”. Em outras palavras, é o sujeito capaz de ler e escrever, mas que enfrenta dificuldades quando se trata de interpretar corretamente o que leu.

Acredita-se que “a aprendizagem da leitura e da escrita depende de duas portas de entrada, distintas, mas indissociáveis e que necessitam ser trabalhadas ao mesmo tempo: alfabetização e letramento” (LOPES, 2010, p. 10), sendo que “a alfabetização é a aquisição do código da escrita e da leitura e o letramento é a utilização desta tecnologia em práticas sociais de leitura e de escrita” (LOPES, 2010, p. 10).

De acordo com Ministério da Educação do Brasil (2008, p. 11):

Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais, é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da língua escrita e de ter-se inserido num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita. Como são muito variados os usos sociais da escrita e as competências a eles associadas (de ler um bilhete simples a escrever um romance), é frequente levar em consideração níveis de letramento (dos mais elementares aos mais complexos). Tendo em vista as diferentes funções (para se distrair, para se informar e se posicionar, por exemplo) e as formas pelas quais as pessoas têm acesso à língua escrita – com ampla autonomia, com ajuda do professor ou da professora, ou mesmo por meio de alguém que escreve, por exemplo, cartas ditadas por analfabetos.

Para Freire (1980, p. 5), “ler é acompanhar criticamente o movimento do texto para apreender seu significado mais profundo”.

Delors (2006, p.121) acredita ainda que:

É no seio da família, mas também e mais ainda, ao nível da educação básica (que inclui em especial os ensinamentos pré-primário e primário) que se forjam as atitudes perante a aprendizagem que durarão ao longo de toda a vida: a chama da criatividade pode começar a brilhar ou, pelo contrário, extinguir-se; o acesso ao saber pode tornar-se, ou não, uma realidade. É então que cada um de nós adquire os instrumentos do futuro desenvolvimento das suas capacidades de raciocinar e imaginar, da capacidade de discernir, do senso das responsabilidades; é então que aprende a exercer a sua curiosidade em relação ao mundo que o rodeia.

A Educação de Jovens e Adultos deve considerar o diálogo pedagógico proposto por Paulo Freire, transcendendo uma perspectiva pedagógica que possibilita uma reflexão dos oprimidos sobre a sua própria desumanização e, ao mesmo tempo, construindo o seu processo de recuperação da humanidade roubada. Tem-se um novo olhar sobre esses sujeitos. A preocupação é com a trajetória escolar, pessoal e humana (UNESCO, 2007, p. 117).

É seguindo esta linha de pensamento, que o estudo trata da educação básica e alfabetização, em sentido amplo, como passaporte para a vida. A alfabetização é um meio de inserção do indivíduo na sociedade letrada, dos sujeitos que não sabem, de forma alguma, ler ou escrever, ou que possuem grande dificuldade para tanto. No entanto, estes têm a oportunidade de ingressar na Educação de Jovens e Adultos, vulgarmente chamada de “escola da segunda chance”. Não há idade para aprender e a todos devem ser assegurados direitos iguais, portanto, as pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar nas suas idades escolares continuam tendo este direito no decorrer da vida.

Neste contexto, faz-se necessária a existência da modalidade de “Educação de Jovens e Adultos”, para que os mesmos tenham a possibilidade de se alfabetizarem, a fim de melhorar sua atividade profissional e qualidade de vida.

Desvendando a educação de jovens e adultos

A denominação Educação de Jovens e Adultos (EJA) trata de um braço de ensino da rede escolar pública brasileira que recebe aqueles que não tiveram oportunidade de estudar na idade apropriada ou que, por algum motivo, abandonaram a escola antes de terminar a educação básica. Aqueles que não sabem ler e escrever pretendem ser alfabetizados, e os que já tem essas habilidades desejam adquirir outros saberes e diploma, naturalmente para que tenham chances no concorrido mercado de trabalho e se sintam detentores de autonomia.

Assim como a LDB, a Constituição Federal Brasileira de 1988 não define a idade em que o adolescente pode ingressar na EJA. Entretanto, como o ensino obrigatório no Brasil termina aos 13 (treze) anos completos, convencionou-se admitir alunos a partir dessa idade. Lembrando que o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) estabelece em seu artigo 2º *caput* que se considera criança, para os efeitos do ECA, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade. No parágrafo único, este menciona que nos casos expressos em lei aplica-se excepcionalmente o Estatuto da Criança e Adolescente às pessoas entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade.

Porém, no dia 08 de outubro de 2008, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE) aprovou parecer que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em relação à duração dos cursos, como idade mínima para ingresso e certificação nos exames, e ao desenvolvimento do EJA, por meio da Educação a Distância (EAD). De acordo com o parecer, os sistemas de ensino têm até 2013 para desenvolver programas que garantam a permanência na escola regular, dos jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete). A partir de 2013 a EJA só atenderá maiores de 18 anos completos.

São mudanças que evitam que estudantes de 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos de idade saiam do ensino médio regular para, após rápidas passagens pelos Centros de Educação para Jovens e Adultos, obtenham certificados de conclusão do ensino médio; ou então que o EJA

se torne um depósito de alunos com problemas de aprendizagem e/ou de comportamento, os quais, quando não se saem bem no ensino regular, ingressam no EJA.

O curso da EJA se organiza em dois segmentos: o primeiro equivale à alfabetização dos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental (1º à 5º ano); o segundo equivale aos quatro últimos anos do Ensino Fundamental (6º à 9º ano)¹. Pode ser oferecida na modalidade presencial, semipresencial e a distância. Na presencial o comparecimento do aluno é obrigatório e ele é avaliado durante o processo de aprendizagem; nos cursos semipresenciais o comparecimento é flexível, podendo existir avaliações no processo; no curso a distância o estudo é feito com o apoio de material didático específico, mas sem a presença em sala de aula. Nos cursos da modalidade semipresencial e a distância, os estados oferecem uma prova de certificação para o ensino fundamental e médio.

Desde 2002 é aplicado anualmente o Exame Nacional para a Certificação de Competências de Jovens e Adultos (EncCEJA), ao lado do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional de Cursos (Provão) e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

No que tange ao perfil da demanda, a UNESCO (2004, p. 19) constata que:

Os programas de EJA têm sido crescentemente procurados por um público heterogêneo, cujo perfil vem mudando em relação à idade, expectativas e comportamento. Trata-se de um jovem ou adulto que historicamente vem sendo excluído, quer pela impossibilidade de acesso à escolarização, quer pela sua expulsão da educação regular ou mesmo da supletiva pela necessidade de retornar aos estudos. Não é só o aluno adulto, mas também o adolescente; não apenas aquele já inserido no mercado de trabalho, mas o que ainda espera nele ingressar; não mais o que

vê a necessidade de um diploma para manter sua situação profissional, mas o que espera chegar ao ensino médio ou à universidade para ascender social e profissionalmente.

Schmelkes (1994, p. 125) afirma que a educação de jovens e adultos incide favoravelmente na criação e educação dos filhos. Os efeitos de uma geração sobre outra (criação de filhos saudáveis, inteligentes e emocionalmente integrados) colocam o desafio de capacitar os adultos para gerar efeitos duradouros para o futuro e não só visam a resultados imediatos.

Há também uma realidade que não pode ser ignorada, que é a existência de um número considerável de evasões escolares dentro da modalidade de Educação de Jovens e Adultos e, neste sentido, Arroyo (2006, p. 22) alerta para a necessidade de uma reconfiguração da EJA, de forma que ela “não pode começar por perguntar-nos pelo seu lugar no sistema de educação e menos pelo seu lugar nas modalidades de ensino. [...] O ponto de partida deverá ser perguntar-nos quem são esses jovens e adultos”.

As evasões ocorrem devido a um ou mais fatores, que variam da realidade social de um indivíduo para outro. Gadotti e Romão (2000, p. 120) frisam que o jovem ou adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador (às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego) e que está submetido a circunstâncias de mobilidade no serviço, alternância de turnos de trabalho e cansaço. Por outro lado, também pode ocorrer a evasão escolar oriunda da desmotivação decorrente da percepção de um baixo rendimento escolar, influenciado por alguns fatores como: estado de saúde (fator primordial para o bom resultado escolar), nível mental (a escola, de modo geral, se prepara mais pra atender ao educando de nível mental médio e tem dificuldades em se adaptar aos educandos menos ou mais favorecidos intelectualmente) e falta de interesse pelo que a escola oferece.

A introdução no mundo da leitura e da escrita propicia, mesmo que tardiamente, a resignificação na vida pessoal, profissional e social do indivíduo. A alfabetização na vida destes vem propiciar melhor qualidade de vida.

¹ Houve ampliação do ensino fundamental obrigatório de oito para nove anos de duração, com início aos seis anos de idade, como consta no *caput* do art. 32 da LDB: “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 09 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 06 (seis) anos de idade [...]”. Com esta alteração dada a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pela Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, o que antes denominava-se 1ª à 4ª série e 5ª à 8ª série, agora passou a chamar-se 1º a 5º ano e 6º a 9º ano.

Centro Educacional de Jovens e Adultos de Bauru (CEJA)

Segundo o Projeto Político Pedagógico do CEJA (2008-2011, p. 12), seu funcionamento foi autorizado desde 12 de maio de 1998. Ao todo são 57 (cinquenta e sete) classes inseridas em vários bairros de Bauru. Algumas classes funcionam em Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIS) ou Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFS), e outras classes em pólos de Educação de Jovens e Adultos, igrejas ou qualquer espaço que ofereça infraestrutura adequada. O endereço das classes pode ser alterado em função da demanda de alunos nos locais.

Para a matrícula é necessário apresentar carteira de identidade – RG (Registro Geral), comprovante de residência e histórico escolar, se possuir. É pré-requisito ter 13 anos completos na data do primeiro dia de aula.

É expressivo o número de evasões nas unidades do CEJA. Nota-se que a maioria recebe o conceito de “retido” é pelo alto número de faltas ou simplesmente por não atingir a nota exigida para completar o curso; percebe-se ainda que há cancelamentos de matrículas por alunos que efetuam as mesmas e depois, por alguma razão, mudam de ideia.

Os alfabetizando que ainda não se apropriaram da leitura e escrita veem o mundo “com os olhos dos outros”. Portanto, não se pode permitir que no século XXI ainda se tenha um contingente tão expressivo de indivíduos à margem dos direitos mais elementares que um ser humano pode usufruir, como, por exemplo, o direito de ler e escrever. Em um mundo completamente letrado, globalizado e informatizado, com tecnologias avançadas, que requer de cada indivíduo competências e habilidades, cada vez mais específicas para a sobrevivência, onde a comunicação é capaz de definir as relações sociais estabelecidas, os espaços ocupados, construindo dessa maneira a história.

O assistente social na Secretaria da Educação de Bauru

Por ora, cabe situar a importância da atuação já existente do profissional de Serviço Social na área da educação e as contribuições deste para a mesma no município de Bauru.

A cidade, até o momento, conta somente com o trabalho da assistente social da Secretaria Municipal da Educação, e não há assistentes sociais inseridos especificamente em unidades de ensino. A profissional desenvolve algumas atividades no âmbito da Secretaria de Educação de Bauru, a saber: levantamento da demanda reprimida para atendimento nas Unidades de Ensino; elaboração de relatórios sociais, respostas a liminares e sentenças de mandado de segurança; realização de pesquisas socioeconômicas; elaboração de ofícios em resposta às solicitações de vagas na rede municipal de educação; realização de contatos com a Secretaria do Bem-Estar Social, a Secretaria da Saúde, o Centro Integrado de Atenção à Violência, o Conselho Tutelar, a Diretoria de Ensino, a Defensoria Pública, com os profissionais que desenvolvem oficinas e os cursos acompanhados pelo Serviço Social, para acordos de detalhes e providências necessárias à realização dos mesmos, com as diretoras das escolas municipais e entidades conveniadas, busca de parcerias com outros órgãos privados e públicos (como por exemplo, a Secretaria do Bem-Estar Social e a Secretaria Municipal da Saúde), com o objetivo de oferecer os benefícios existentes aos alunos e suas famílias; solicitação de agendamento de consultas clínicas, com profissionais de equipe multidisciplinar através de convênio da Secretaria Municipal da Educação e APAE/Sorri, para atender os alunos da Rede e solicitação de agendamento de consultas oftalmológicas, através da parceria entre as Secretarias da Saúde e Educação; solicitação de atendimento educacional especializado para alunos portadores de deficiência ou doença genética que necessitam de profissionais especializados para acompanhá-los nas escolas; solicitação de palestras e/ou ações para atender alunos com falta de higiene e pediculose (doença provocada pela infestação de piolhos); desenvolvimento de projetos, como o denominado “Projeto Resgatar”, que oferece atendimento aos alunos que se encontram em situação de evasão escolar ou alto índice de faltas; através de visitas domiciliares, orientações, diálogo, preenchimento de estudo social e encaminhamentos quando necessário, lembrando que a centralidade do Projeto está na família dos alunos; atendimento social individual através de entrevista, encaminhamento, observação, diálogo, visita domiciliar e visita a

unidades escolares; atendimento social coletivo através de reuniões, palestras, oficinas e dinâmica de grupo, entre outros.

A função do assistente social na educação se baseia em intervir na realidade escolar, focando as expressões da questão social que interferem no processo educacional como: analfabetismo funcional; evasão escolar; falta de vagas; baixo rendimento; pobreza; violência cometida dentro da escola ou do ambiente familiar; trabalho infantil vivenciado por alunos que buscam contribuir com a renda familiar; exclusão social; discriminação; preconceito; desnutrição; repetência; uso de substâncias psicoativas; desemprego; emprego informal; fragilização e/ou rupturas de vínculos familiares, afetivos, comunitários e/ou de pertencimento; gravidez na adolescência; indisciplina e o envolvimento familiar nesta.

As unidades escolares de Ensino Fundamental enviam relatos de alunos com excesso de faltas e comportamento inadequado, aos quais desenvolvem-se ações de combate à evasão escolar, estímulo à frequência regular nas escolas, maior participação dos pais na vida escolar dos filhos e encaminhamento para acompanhamento psicológico e outros que se fizerem necessários.

Bressan (2001, p. 16) enfatiza que:

[...] a inserção do profissional do Serviço Social na Política Social da Educação se constituirá em uma parceria importante e que somará esforços na busca de soluções que venham amainar alguns problemas reconhecidamente instalados na Educação Pública, no tocante ao **direito ao acesso e permanência do aluno na Escola** (grifo original).

Diante deste quadro, nota-se que a participação do Serviço Social da Secretaria de Educação de Bauru é de grande importância, tendo em vista que sua atuação é permeada por uma visão de totalidade e assim se chega a alternativas de intervenção, abordando não só as questões apresentadas nas escolas, mas o olhar para o ambiente externo, buscando conhecer a realidade social dos usuários e amenizar as consequências que as expressões da questão social trazem para a vida dos alunos e seus familiares, cuja centralidade é a família.

Deve-se ter em mente que “se a intervenção é assistencialista, cria uma cultura de depen-

dência, se é autoritária, cria baixa autoestima, se é clientelista, cria uma cultura de adesão, se é democrática, cria-se cidadania e autonomia” (CARREIRA, 2002, p.5).

O trabalho realizado pelo Serviço Social na Secretaria da Educação está respaldado no projeto ético-político que é a autoimagem da profissão. Isto implica em ser um Assistente Social informado, crítico e propositivo, que aposta no protagonismo dos sujeitos sociais, buscando ampliar as bases de legitimidade do trabalho profissional junto à população usuária.

Netto (1999, p. 104-105) destaca que o projeto ético-político:

[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

É importante o assistente social ser qualificado e ter empenho na consolidação do projeto ético-político e se colocar o mais próximo possível da vida cotidiana dos usuários para ter uma dimensão grande de realidade e a possibilidade de construir e reconstruir identidades em um movimento contínuo de ação e reflexão da práxis. É preciso construir práticas que tenham inteireza, que se façam a partir da centralidade do ser humano, direcionadas para fazer enfrentamentos críticos da realidade, portanto, é preciso uma base sólida de conhecimentos teóricos aliada a uma direção política consistente, que possibilite desvendar adequadamente as tramas conjunturais, e é na interação entre estrutura, conjuntura e cotidiano que a prática do assistente social se realiza. Em outras palavras, mais do que conhecer é preciso agir de modo competente, crítico, qualificado teoricamente e, também, é preciso lutar contra os obstáculos que se são interpostos no dia a dia.

O Código de Ética Profissional, a Lei que regulamenta a profissão e as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social são os alicerces fundantes do projeto ético-político, razão pela

qual devem ser de pleno conhecimento de cada assistente social e de cada acadêmico de Serviço Social.

Com relação à efetivação dos direitos dos usuários, Silva (2008, p. 194) coloca que:

O conhecimento a respeito dos direitos é a base para buscar sua manutenção, efetivação e ampliação. A partir deste conhecimento, é possível informar melhor aos usuários a respeito dos direitos que possuem e como eles podem acessá-los. Desta forma, os usuários poderão ter uma participação mais ativa em termos de reivindicações, fiscalização, envolvimento em Conselhos etc.

O profissional deve ser comprometido com a qualidade dos serviços oferecidos e para isso buscar novos conhecimentos e aprimoramento de sua bagagem teórico-metodológica, construindo uma interpretação crítica da conjuntura. O Assistente Social deve estar em constante atualização e reciclagem.

De acordo com Palma (1987, p. 164), o assistente social é um educador social. Influir e orientar a consciência popular é um componente da identidade profissional do Serviço Social. A educação deve se originar de uma firme vontade dos indivíduos de melhorar sua situação, e é neste contexto que o assistente social necessita intervir, sensibilizando o usuário sobre a importância da educação para que ocorra uma transformação social.

Desse modo, entende-se que para atingir o indivíduo de forma integral são necessárias intervenções no contexto familiar, seja no âmbito socioeducativo ou em momentos de ensino-aprendizagem e reflexão, em um viés de participação, cidadania e autonomia. Neste contexto, é importante a existência do Serviço Social em âmbito escolar objetivando contribuir com a problemática social que é perpassada no cotidiano da comunidade escolar (alunos, professores, família) de forma investigativa, interventiva e propositiva.

A escola influencia e é influenciada pela realidade social e a compreensão dessa realidade é uma condição para o exercício da cidadania. O indivíduo deve ser visto como um ser global, inserido numa família e na comunidade.

Ferreira (1995, p. 74) define autonomia como “a faculdade de se governar por si mes-

mo; [...] liberdade ou independência moral ou intelectual”. Bueno (2001, p. 103) concorda e ainda acrescenta “emancipação” como sinônimo. Este entende que ter autonomia é ter liberdade, é poder fazer suas próprias escolhas, para que através dessa conquista se busque o conhecimento de quais são seus direitos, e isto incida na sua qualidade de vida com a efetivação de seus direitos sociais.

A intencionalidade do Serviço Social no âmbito educacional é contribuir com a função social da escola (MARTINS, 1999, p. 69). A prática do Assistente Social se situa numa perspectiva crítica e se faz participante da transformação social.

Iamamoto (2001, p. 75) considera que:

O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que vivenciam, não só como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo.

Em suma, o Serviço Social, por meio de sua prática, tem grande contribuição a dar à política pública da Educação e aos desafios que se apresentam para a elevação do rendimento escolar, a efetivação da escola como espaço de inclusão social e a formação cidadã dos alunos.

Para Demo (1995, p. 3), “cidadania é a raiz dos direitos humanos, [...] competência humana de fazer-se sujeito, para fazer-se história própria”. O autor está, na realidade, levando a uma reflexão sobre a importância da ação, da participação humana em todas as situações de vida. A língua materna, em seu uso, também se constitui como elemento de construção da cidadania e ampliação da autonomia.

Ao depender dos outros para se relacionar, no que tange às relações que envolvam as letras, não há como se falar em liberdade e em ampla autonomia. A educação é essencial para a construção da cidadania, pois proporciona ao indivíduo o saber necessário para não se deixar enganar.

A função social da profissão do assistente social pode ser auxiliada a partir da teoria gra-

msciana, que reconhece a importância do sujeito nas inúmeras mudanças sociais. O Serviço Social em seu processo de trabalho, assim como de outros profissionais, ocupa-se do papel de mediador, possibilitando a garantia de direitos.

A inserção do assistente social na modalidade de jovens e adultos

Deve-se alertar ao fato de que no caso da modalidade Educação de Jovens e Adultos, a instituição de ensino que atende a esta demanda, poucas vezes encaminha os alunos que necessitam de atendimento social ou que se encontram, por exemplo, na situação de evasão. Por isso, as ações do Serviço Social da Secretaria da Educação voltadas a esta modalidade se resumem à solicitação de agendamento de consultas oftalmológicas, através da parceria entre as Secretarias da Saúde e Educação, e quando solicitadas pela instituição de ensino, são para a realização de visitas domiciliares. Vale ressaltar que a solicitação de fornecimento de óculos não é efetivada, porém encontra-se um projeto com este fim, ainda em análise na Secretaria da educação de Bauru.

É indispensável que haja um profissional do Serviço Social voltado especificamente a esta demanda, tendo em vista que a realidade social desta faixa etária é diferenciada, submetendo-se a circunstâncias de mobilidade no serviço, alternância de turnos de trabalho, cansaço, deveres familiares, excesso de ocupações no cotidiano fora da instituição escolar, etc. Assim, jovens e adultos tem objetivos, expectativas e comportamentos distintos de crianças e adolescentes.

Deve-se conceber o jovem e o adulto como sujeitos completos; compreender o ser humano como inteiro, um ser biopsicossocial, cuja vida cotidiana tem múltiplas articulações com a vida familiar, o trabalho, as relações sociais, as organizações e o lazer, entre outros.

Enfim, da mesma forma que hoje se discute a necessidade da introdução do assistente social no quadro de profissionais da educação da escola pública (Projetos de Lei nº 3.688 de 2000 e nº 837 de 05 de julho de 2005) com o objetivo de contribuir com a problemática social que é perpassada no cotidiano da comunidade escolar (alunos, professores e família), faz-se mister a presença do assistente social nas unidades de

ensino da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nos casos de evasão, de alto número de faltas, da efetivação de matrícula sem comparecimento às aulas ou da dificuldade no aprendizado, cabe ao assistente social decifrar e intervir nesta realidade, investigando, particularmente, se há alguma questão social presente que necessite de intervenção ou de encaminhamento social, o que não ocorre no CEJA atualmente.

Desta forma, cabe ao assistente social realizar um sistemático trabalho de “captação” de alunos, conhecer a realidade social dos que se inserem no CEJA e investigar os motivos da evasão, quando esta ocorrer. Ao atuar, o assistente social deverá, primeiramente, realizar um estudo diagnóstico dessa realidade, e posteriormente, através de trabalho em equipe interdisciplinar, buscar junto desta a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela instituição através do seu conhecimento teórico, ético e político. A troca de conhecimentos e informações é essencial para efetivar uma ação conjunta, numa perspectiva de totalidade, pois o conhecimento “é um meio através do qual é possível decifrar a realidade e clarear as condições do trabalho a ser realizado” (IAMAMOTO, 2001, p. 43).

O assistente social deverá ainda traçar projetos para trabalhar alunos e unidade de ensino (em alguns casos envolvendo também as famílias) e articular com outras instituições a fim de criar parcerias para possíveis encaminhamentos e realização de cursos gratuitos. Dentre outras atribuições pertencentes ao assistente social, previstas no Código de Ética Profissional, artigo 4º e 5º da Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão, contribuindo assim, para a efetivação do direito à educação ocasionando, possivelmente, maior liberdade e autonomia do indivíduo, já que a educação possibilita ao ser humano se tornar um indivíduo mais autônomo e livre, inserido no espaço público como participante sócio-político, capaz de exercer a plena cidadania reivindicando os direitos fundamentais que possibilitam a completude da dignidade da pessoa.

No que tange a atuação do assistente social no âmbito escolar, Pinheiro (2004, p. 31-32) coloca algumas possibilidades de ação:

O profissional tem ainda a oportunidade de levar à escola, representantes de diferentes

segmentos [...] para palestras, abrindo espaço para a integração entre gerações, ampliando o conhecimento dos alunos. [...] Não só pode, mas também deve participar de reuniões feitas na escola, contribuindo com o trabalho desenvolvido pelos professores, pedagogos, psicólogos, fornecendo informações e dados importantes para esses profissionais, assim como estes poderão contribuir com o trabalho do Assistente Social.

Segundo Paulo Freire (1996, p.53):

Lido com gente e não com coisas. E porque lido com gente, não posso, por mais que, inclusive, me dê prazer entregar-me a reflexão teórica e crítica em torno da própria prática docente e discente, recusar a minha atenção dedicada e amorosa à problemática mais pessoal deste ou daquele aluno ou aluna. Desde que não prejudique o tempo normal a docência, não posso fechar-me a seu sofrimento ou à sua inquietação, porque não sou terapeuta ou assistente social. Mas sou gente. O que não posso, por uma questão de ética e de respeito profissional, é pretender passar por terapeuta. Não posso negar a minha condição de gente de que se alonga, pela minha abertura humana, uma certa dimensão terapêutica.

O autor denota a necessidade de atuar considerando os alunos como gente e respeitando sua individualidade, desde que não invada a esfera de outro profissional em sua atuação. Neste contexto, e compreendendo quão árdua é a tarefa do professor em exercer a docência com qualidade, se desperta para a necessidade da existência de um trabalho interdisciplinar, entre professores, assistentes sociais e até mesmo psicólogos. Levanta ainda o olhar ao fato do assistente social ter habilidades em atender a esta demanda.

Em síntese, os alunos jovens e adultos precisam também do assistente social, pois pela sua formação de base possuem ferramentas muito úteis para o alcance dos objetivos da escola, que passam não só pelo sucesso escolar em termos de boas notas, mas também pela aquisição de competências pessoais (autonomia), relacionais (respeito e tolerância) e sociais (conhecimento dos direitos e deveres).

Portanto, conhecer o cotidiano social dos alunos e reduzir as expressões da questão social se traduzem na equalização das oportunidades

de acesso e permanência a uma educação de qualidade. A entrada do profissional do Serviço Social no Centro Educacional de Jovens e Adultos seria, portanto, um fortalecimento para professores e coordenadores, pois hoje os mesmos, além da tarefa de educar, se desdobram sozinhos na tarefa de compreender e intervir na realidade social de cada aluno, muitas vezes sem condições ou tempo para tanto, e o profissional ideal para atuar nesta intervenção é o assistente social, porém, só há um profissional atuante e que se encontra fora das unidades escolares, inclusive dos CEJAs, e atua na abrangência total do Município de Bauru.

Metodologia do estudo

Para iniciar as considerações metodológicas é preciso dizer que o conhecimento teórico que subsidia o referido estudo se deu através de diferentes referências bibliográficas, possibilitando o aprofundamento teórico sobre o tema abordado, em diferentes fontes: livros, revistas científicas e internet.

Após esse trabalho, foi elaborado um projeto de pesquisa no qual foram traçados o objeto de estudo, o levantamento e os objetivos do problema, a formulação da hipótese sugerida e construída a fundamentação teórica. A hipótese sugerida é a de que o instrumento principal para ampliar a autonomia na vida de jovens e adultos é a alfabetização, pois saber ler e escrever com propriedade é fundamental para a inserção no mercado de trabalho, na sociedade e no mundo.

A abordagem é qualitativa, de acordo com Demo (2000, p. 159), é:

Mais do que o aprofundamento por análise, a pesquisa qualitativa busca o aprofundamento por familiaridade, convivência, comunicação [...]. Embora a ciência, ao final das contas, não consiga captar a dinâmica em sua dinâmica, mas em suas formas, a pesquisa qualitativa tenta preservar a dinâmica enquanto analisa, formalizando mais flexivelmente.

Assim, a pesquisa qualitativa possibilita verificar a pertinência dos objetivos levantados, bem como se a hipótese sugerida se confirma. Minayo (2001, p. 22) reforça que a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado

não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Entende-se que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, pois possibilita abordar um nível de realidade que não pode ser quantificado, logo permite interação entre o pesquisador e o sujeito, ou seja, entre o pesquisador e todas as pessoas que são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimento e/ou produzem práticas adequadas para intervir no objeto da pesquisa. Em resumo, a pesquisa qualitativa proporciona maior conhecimento a respeito dos sujeitos e melhor apreensão da realidade através de sua subjetividade.

As entrevistas foram realizadas através de visita domiciliar, sem agendamento prévio, pois não constava telefone na ficha de cadastro da maioria dos ex-alunos do Centro Educacional de Jovens e Adultos do município de Bauru. Como universo da pesquisa, tem-se os alunos diplomados nas 39 (trinta e nove) unidades do CEJA da cidade de Bauru/SP, no primeiro e segundo semestre de 2008, o que equivale a 196 (cento e noventa e seis) alunos.

A amostragem versa sobre 25 (vinte e cinco) alunos diplomados no primeiro e segundo semestre de 2008, escolhidos aleatoriamente, entre unidades do CEJA da cidade de Bauru/SP, localizadas em pontos diversos e com distintos público, perfazendo uma porcentagem de 12,75% do universo, num primeiro momento.

O instrumental de coleta de dados é a entrevista subsidiada por um formulário com questões direcionadas aos ex-alunos dos CEJAs de Bauru que se formaram no ano de 2008 (1° e 2° semestre), sendo 07 (sete) dessas questões abertas.

Faz-se mister a utilização, também, da observação sistemática, instrumental e fundamental, pois tem como objetivo a descrição precisa, o planejamento e controle da situação em questão, sendo assim, antes da coleta de dados e após a aplicação do pré-teste, a pesquisadora elaborou um plano específico para a organização e registro das informações na coleta de dados. Isto implica em estabelecer, antecipadamente, as categorias necessárias à análise da situação.

No mês de abril, contatou-se a Secretaria Municipal de Educação de Bauru e, após autorização, identificaram-se os nomes e endereços dos ex-alunos, aplicou-se o pré-teste com 02

(dois) sujeitos para a verificação da aplicabilidade do instrumental e atendimento aos objetivos. Verificou-se que o mesmo atendia aos objetivos propostos, não havendo necessidade de alteração.

Pensando na garantia da qualidade da pesquisa, a própria pesquisadora redigiu as respostas, sem fazer uso do gravador, permitindo que os sujeitos se sentissem mais à vontade.

Durante o mês de junho aplicou-se a pesquisa propriamente dita e em agosto realizou-se a análise dos dados, os quais foram analisados e interpretados com base nas teorias pesquisadas, buscando sempre manter a maior fidedignidade do estudo.

Vale ressaltar que os sujeitos participantes da pesquisa foram escolhidos de forma aleatória, conforme aceitação, disponibilidade e interesse. Antes de cada entrevista, a pesquisadora apresentava o objetivo da pesquisa para os sujeitos, deixando-os à vontade quanto à participação e cada entrevista teve em média a duração de 20 (vinte) minutos, ocorrendo em finais de tarde de segunda a sexta e aos finais de semana, em qualquer horário, conforme disponibilidade da pesquisadora.

Gil (1999, p. 117) define a entrevista da seguinte maneira:

[...] técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Porém, destaca-se que foi uma conversa orientada para um objetivo definido, constituída por um interrogatório feito pelo entrevistador ao entrevistado, em um processo interativo que envolve não só palavras, mas também as expressões fisionômicas, a inflexão de voz, gestos e outras manifestações de comportamento.

Para facilitar a análise e a interpretação se categorizou os questionamentos em dois eixos temáticos, a saber: 1. Dificuldades oriundas da deficiência ou ausência da alfabetização e motivos que os levaram ao curso; 2. Os avanços conquistados após a inserção no Centro educa-

cional de jovens e adultos, bem como os motivos que os levaram a continuar no CEJA.

Finalmente, construiu-se a conclusão e as sugestões que o estudo apontou.

Análise dos resultados obtidos

A Constituição Federal Brasileira de 1988 apresenta a educação como um direito social, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (artigo 6º). Nesta, os artigos 205 a 214 estabelecem os objetivos e as diretrizes do sistema educacional brasileiro.

Assim, o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público importa responsabilidade da autoridade competente por omissão ou negligência, por ser direito público subjetivo. Nesta mesma linha de pensamento, nesse estudo busca-se evidenciar a alfabetização como instrumento de ampliação da autonomia de jovens e adultos, bem como a importância do Serviço Social nessa realidade, apontando para as dificuldades ou limitações oriundas da não alfabetização, os avanços na vida social dos jovens e adultos após a alfabetização realizada pelo CEJA e a importância do Serviço Social nessa realidade.

A LDB/96, em seu artigo 4º inciso I, garante que: “o ensino fundamental é obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria”, e seu artigo 6º declara que: “é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores na escola”. Se tem conhecimento que ainda existem muitas crianças fora da escola, e muitas ficaram fora dela apesar de todo o empenho dos responsáveis pela educação brasileira.

O universo dessa pesquisa envolve os alunos do CEJA, logo são adultos que não tiveram a oportunidade de estudar, ou a perderam por alguma razão, daí a importância de se conhecer um pouco a história desses alunos.

Dificuldades oriundas da deficiência ou ausência da alfabetização

Investigados se já haviam frequentado unidade escolar, verifica-se:

Frequentei a escola até a 3ª série no sítio, em escola municipal. Parei porque morava em fazenda e só tinha até o 3º ano, o 4º teria que fazer na cidade e era longe, não tinha como. Eu até chorava de vontade de estudar. Uma professora até disse pra eu ir pra Agudos, que lá tinha, mas eu tinha que trabalhar, ajudar na casa e cuidava dos irmãos também (Sujeito 13, feminino, 60 anos).

Frequentei o primário completo. Morava no norte e era difícil ir pra escola, ficava longe, e rua era de terra e quando chovia ficava complicado. Também já estudei em escola de adultos na cidade de São Paulo, quando morei lá, eles separava por séries, o ensino era muito bom, a professora era muito exigente e tinha avaliações de seis em seis meses, mas tive que parar porque me mudei pra Bauru (Sujeito 15, feminino, 50 anos).

Frequentei até a 3ª série. Parei porque minha mãe separou do meu pai e não quisemos mais estudar (tenho duas irmãs) (Sujeito 06, feminino, 37 anos).

Frequentei até 2ª série. Parei porque tinha que trabalhar e meu padrasto dizia que não ia pôr filho dos outros pra estudar. (Sujeito 11, feminino, 57 anos)

Frequentei. Lembro que fiz até 1º ou 2º ano. Aí parei por opção, pra ir pra represa, jogar futebol, aproveitar a infância. Não levava a escola a sério, preferia jogar futebol (Sujeito 07, masculino, 58 anos).

São constatadas histórias de vida bem diferenciadas, desde aqueles que não tiveram oportunidade por diferentes fatores, como, por exemplo, morar em local onde a escola nunca existiu ou ser muito distante desta, havendo dificuldade em dirigir-se até a unidade mais próxima, como também aqueles que por se tornarem vítimas da fragilização dos vínculos familiares não tiveram incentivos por parte destes ou dos agregados a continuar os estudos, não deixando de aparecer também aqueles mais relapsos que não viam importância nos estudos, pois a vida fora da escola lhes parecia mais interessante.

Houve também quem tivesse de interromper os estudos para trabalhar, característica ainda presente na realidade social do Município de Bauru.

Sim. Não cheguei a estudar nem 4º ano. Parei porque trabalhava na safra de algodão com meu pai (ele tirava eu e minha irmã gêmea da escola pra trabalhar). Depois a gente cresceu... e dava vergonha de a gente já moça voltar pra escola... e pra meu pai quem ia na escola à noite era pra namorar, não estudar (Sujeito 02, feminino, 82 anos).

Não faltava a vontade de estudar, porém em décadas passadas prevalecia o pensamento: “para plantar e colher não é necessário saber ler e escrever”, pois os pais viam no trabalho mais importância e futuro que nos estudos.

Lopes e Sousa (2009, p. 15-16) constata que:

Com o passar dos anos, novas tecnologias foram criadas exigindo mão-de-obra cada vez mais qualificada. Além disso, várias famílias que moravam em zonas rurais migraram para os centros urbanos, uma vez que a economia, que era predominantemente agrícola, passou a concentrar suas atividades no comércio e na indústria. Diante desta realidade, o analfabetismo passou a ser reconhecido como problema, pois, até então, morando longe das cidades, o fato de não saber ler e escrever não dificultava a obtenção de um emprego no cultivo de lavouras. Mas, com o crescimento social, a mudança econômica e o avanço tecnológico, as pessoas se sentem obrigadas a procurar a escola na tentativa de conseguir um emprego na cidade, melhorar seu padrão de vida ou manter-se atualizado.

Outro fator que chama atenção na fala do sujeito 02 é a questão cultural, pois muitas mulheres alegam não ter continuado os estudos pelo simples fato de ser mulher. O que observamos também na fala do sujeito 21:

Sim. Parei na 4ª série. Na época minha mãe não deixava ir à noite e só tinha à noite. Ela queria que fizesse por correspondência e eu não quis (Sujeito 21, feminino, 55 anos).

Em decorrência da própria cultura brasileira, em décadas passadas as mulheres tinham menos liberdade que os homens. Ser mulher foi um determinante quanto ao não acesso ou permanência à educação escolarizada. Pertencer ao gênero feminino significou dedicar-se à função da maternidade.

Quando questionados sobre as dificuldades encontradas pela falta da leitura e escrita antes de frequentar o CEJA, os entrevistados respondem:

Com relação a emprego, por exemplo, não tinha nenhuma dificuldade porque não trabalhava. Minha dificuldade era, e ainda é, só matemática, a professora tem que ficar em cima pra ensinar matemática, senão não aprendo direito (Sujeito 15, feminino, 50 anos).

Eu lia as coisas baixinho, não sabia explicar, ensinar. Na hora de pegar ônibus, já peguei ônibus errado e fui parar do outro lado, tive que pedir pro motorista parar. A parte bancária também (pegar dinheiro, preencher cheque), o pessoal podia me enrolar (Sujeito 04, masculino, 60 anos).

Tinha dificuldade em pegar ônibus para ir à cidade, tenho neto que desde que nasceu ficava comigo e tinha que tomar remédio e eu não conseguia ler qual era. Também não conseguia ler receitas ou uma carta (Sujeito 22, feminino, 45 anos).

Nota-se que a falta de escrita e leitura influencia na vida dos sujeitos, para alguns com maior intensidade que em outros. Porém algumas falas corroboram ao fato de que há tempos atrás a mulher não se inseria no mercado de trabalho e constata-se aqui que, consequentemente, não encontravam muitas dificuldades pela falta de leitura e escrita. As dificuldades apontadas para alguns estão relacionadas às atividades do próprio cotidiano, enquanto para outros não fazia diferença, pois conseguem ver no dia a dia um aprendizado e se apropriam de saberes alheios para o desempenho das obrigações diárias e responsabilidades do emprego, como relatam os sujeitos:

Não tive dificuldades. Apreendi a profissão de encanador e depois fui pra barragem. Lá trabalhei com pessoas de alto nível, estrangeiros, e fui aprendendo com eles. Tinha um lá que era professor (Sujeito 07, masculino, 58 anos).

Não tive dificuldades. Deu pra trabalhar e melhorar de posição no serviço. Ah! Eu fiz SENAI também. (Sujeito 09, masculino, 73 anos)

Atualmente, no sistema capitalista em que a sociedade brasileira se encontra inserida, o

aprimoramento técnico não é suficiente para que se permaneça no mercado de trabalho, também é necessário o aprimoramento intelectual.

Os sujeitos entrevistados que já tinham uma base de estudos não sentiram dificuldades em tarefas comuns do dia a dia, porém as encontravam no momento de ingressar no mercado de trabalho, ou então em conquistar uma melhor colocação no mesmo. Alguns, inclusive, acabaram por se acomodar:

Tive dificuldade. Antes as pessoas trabalhavam com a mão, agora é cérebro. A educação abre a mente. Deu-me mais desenvoltura, precisava aperfeiçoar o conhecimento. Uma explicação de psicologia pra você: tá vendo este lixo? Eu tinha medo dele, mas ele pode ser reciclado e deixar de ser lixo; o lixo é a verdade e eu tinha medo da verdade, do que não conhecia. A educação é a verdade, mostra a verdade. (Sujeito 10, masculino, 53 anos)

Não vi dificuldade porque pra serviço ruim não precisa muito. (Sujeito 12, masculino, 49 anos)

Diante da fala do sujeito 10, fica visível a consciência de que a realidade em que se vive hoje exige aprimoramento intelectual e estudo permanente. Por ter sido “obrigado” a parar de estudar para ser arrimo de família, demonstrou que ficou satisfeito em voltar aos estudos, pois o conhecimento lhe mostrou realidades que antes ele desconhecia, podendo, assim, enxergar que a educação “abre fronteiras”.

Observa-se que também é comum entre os entrevistados o caso de pessoas que, com pouca base de aprendizagem escolar, sentem dificuldade em adquirir, por exemplo, a carteira de habilitação:

Tinha dificuldade com conta de matemática e comecei a tirar carteira de motorista, paguei, tentei três vezes e parei porque não tinha mais dinheiro pra tentar de novo (Sujeito 20, masculino, 54 anos).

Dificuldade em ler e escrever eu não tinha. Tive em tirar a Carteira de Habilitação, vou tentar agora de novo e tenho certeza que vou passar. Eu entrei com tudo, escrevia e lia muito bem, todo mundo ficou bobo. Fiz o EncCEJA e passei em todas as matérias, agora vou fazer ensino médio no Ceesub. Agora mesmo eu estava lendo (Sujeito 13, feminino, 60 anos).

Partindo deste ponto, fica claro que a alfabetização amplia a autonomia do sujeito, sendo que a ausência desta dificulta a efetivação do “direito de ir e vir”, uma vez que para adquiri-la é necessário ser maior de 18 (dezoito) anos de idade, alfabetizado, possuir carteira de identidade ou equivalente, fotografia 3x4, CPF próprio, ter sido aprovado em todos os exames de avaliação – médico, psicotécnico, de legislação de trânsito (também chamado de exame teórico) e exame de direção (também chamado de exame prático). Isto consta nos artigos 140 e 159 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997.

O sujeito efetivamente alfabetizado não só se adentra no perfil citado acima, como também tem a capacidade de interpretar de forma clara e precisa as Leis de Trânsito e as questões apresentadas no exame teórico, o que lhe permite passar a próxima fase (a prova prática).

A alfabetização é necessária não só para a ampliação da autonomia do próprio sujeito, como também de seus herdeiros, de forma que cabe aos responsáveis o incentivo a educação, como impõe o artigo 227 da Constituição Federal Brasileira, ratificado pelo art 4º do Estatuto da Criança e Adolescente.

Sabe-se que há responsáveis que, além da consciência de incentivar a frequência escolar dos filhos, muitas vezes sentem o desejo de orientá-los nas lições de casa. Porém, para ter condições de oferecer aos filhos este acompanhamento, é preciso que tenham uma base mínima de conhecimentos e, não existindo este alicerce, procuram as unidades do CEJA a fim de dirimir esta dificuldade, como relataram os sujeitos:

Tive dificuldade. Até a 4ª série dos meus filhos, que hoje estão na faculdade, eu ajudava, mas depois, quando eles ficaram mais velhos, não consegui mais ajudar (Sujeito 21, feminino, 55 anos)

Quero ter um diploma, escolaridade melhor. Para o emprego, ter chance de escolher um emprego melhor. E a minha menina está no parquinho, se tiver dúvidas posso ensinar (Sujeito 08, feminino, 40 anos)

De certo modo, ao buscarem a alfabetização, além de se sentirem importantes e capazes de auxiliar os filhos, acabam tendo informações sobre as aulas e uma série de outras situações

que acontecem no cotidiano escolar, tornando-os próximos e interagidos com a vivência escolar dos filhos. Quanto mais os pais estudarem, mais conscientes e responsáveis serão quanto à permanência dos filhos na escola.

Infelizmente também há quem tenha concluído a antiga 4ª série, ou atual 5º ano (como agora é denominado), e permanece sem saber ler e escrever.

Nota-se que existem sujeitos que frequentaram por alguns anos a escola, porém dela pouco se apropriaram, e mesmo hoje, apesar de ter completado o ciclo em uma das unidades do CEJA do município de Bauru, ainda afirmam:

Sim. Eu ainda tenho dificuldade, mesmo com o diploma da 4ª série. Sei o alfabeto, mas não sei juntar as letras, não sei ler direito. Quando estava começando a aprender, a professora me passou de ano. Sou cuidadora e faxineira, me aposentei em setembro (Sujeito 18, feminino, 60 anos).

A obtenção do diploma, não é sinônimo de saberes apreendidos, e esta situação resulta da má qualidade do ensino e/ou de insuficiência de recursos humanos (professores) *versus* número de alunos nas salas de aulas. Outro fator preocupante no CEJA é a existência de salas multiseriadas, onde possui um professor para ministrar vários conteúdos para diferentes alunos e de níveis de escolaridade diferentes.

No entanto, atualmente os sujeitos percebem a importância da alfabetização, pois para se ter um emprego mais qualificado e independência no cotidiano, necessitam ter autonomia tanto na leitura como na escrita.

Avanços conquistados com a inserção no CEJA

Os motivos que os levaram a continuar os estudos no CEJA são os mais variados, pois foram impulsionados pela diferença na forma de ensino, comparada à maneira que era antigamente, ou a vontade de aprender para poder repassar os conhecimentos e, em outros casos, acima de tudo, melhorar o emprego e, conseqüentemente, a qualidade de vida. Além disso, a insegurança em ser vítima da má fé de outrem, formar laços de amizade e perceber que o conhecimento é adquirido e os resultados

estão aparecendo, gerando grande motivação como relatam:

O estudo funciona na hora do trabalho, não é quando saio do serviço, e lá a professora começou a passar poesias e eu comecei a me destacar, ela começou a achar bom. Um dia ainda me testou na sala de aula, pediu pra eu fazer duas poesias, o coração pulou, senti um baque, mas fiz e ficou bom (Sujeito 07, masculino, 58 anos).

Eu gostava. É gostoso saber que vou aprender e as boas notas me motivavam cada vez mais (Sujeito 08, feminino, 40 anos).

Pensar em ter uma vida melhor motivava. A chance no meu serviço é pouca, mas a esperança não acaba (Sujeito 12, masculino, 49 anos).

A vontade de aperfeiçoar mais. Estava meio esquecido do que aprendi quando era moleque (Sujeito 14, masculino, 47 anos).

Preencher o tempo e a cabeça funcionar, isso me levou a continuar. Tentava até ajudar quem não entendia... E no começo tinha receio de a professora me dar bronca, porque é isso que acontecia na escola, quando eu era pequena; mas ela não deu bronca, era diferente (Sujeito 02, feminino, 82 anos).

A professora era muito legal, explicava bem, de uma maneira que dava gosto; não tinha má vontade. Eu conseguia entender, não sei se porque eu especulava muito quando tinha dúvida, mas acho que não. É que ela tinha muita paciência, a boa vontade que ela tinha eu achava demais (Sujeito 11, feminino, 57 anos).

Eu ia de muita vontade, todo dia, não perdia uma aula. Tinha vontade de chegar o final do ano e pegar o diploma. A professora passava muitos e muitos livros pra eu ler (Sujeito 13, feminino, 60 anos).

Queria aprender mais, tenho medo de certas coisas. Já fui enganada. Uma vez assinei papel em uma firma em São Paulo, como se fosse abandono de emprego, assinei sem saber e não tive direito de receber o que deveria, procurei advogado, mas não adiantou (Sujeito 18, feminino, 60 anos).

Percebe-se que os sujeitos reconhecem a necessidade de ser diplomado para conquistar alguns cargos, veem nessa possível conquista uma motivação para concluir os estudos no

CEJA, ou ainda, o incentivo e a paciência das professoras em ensinar motivam a frequência e a permanência na escola, pois acabam se tornando o agente de sua própria aprendizagem e percebem a evolução no próprio conhecimento e raciocínio.

Guerra (1986, p. 71) coloca que é necessário:

Encaminhar o aluno à reflexão, para que não armazene ideias, mas faça descobertas, relacione as significações, transfira conhecimentos e seja agente do seu próprio ato de aprendizagem – é um aprender pensado; uma tentativa de levar o aluno a construir seu próprio saber.

Vale ressaltar que não é raro haver evasão, matrícula seguida da não frequência ou a baixa frequência neste público, já que esta se constitui em apenas uma “obrigação” pessoal e/ou laboral, mas que não traz consequências jurídicas e, portanto, a falta ou evasão não resulta em coerção ao aluno. A educação, quando bem “aplicada”, é um instrumento de transformação social e uma ferramenta na construção de amplitude da autonomia dos sujeitos.

Garantir o acesso à escola para as pessoas que não frequentaram em tempo hábil é o principal *objetivo* do CEJA, a fim de que o indivíduo jovem e adulto alcance um padrão mínimo de qualidade de aprendizagem, confirme competências adquiridas na educação escolar e/ou na própria vida, para, desta forma, continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação e ampliar sua capacidade de interação social.

Teixeira (1976, p. 273) coloca que:

Quando a aspiração da educação compulsória para todos surge, representa este fato um desejo de mudança social. Trata-se de ampliar a participação dos membros da sociedade na sua comunidade moral e política; trata-se de ampliar os direitos dos membros da sociedade; trata-se de melhorar suas condições de trabalho; trata-se de facilitar oportunidades, não só de participação, mas de ascensão social.

Quando questionados sobre ter havido mudança social e/ou profissional, após frequentar o curso no CEJA, relatam:

Sim. No dia a dia sei me virar melhor, ler no ônibus pra viajar e ir trabalhar, arrumei emprego melhor. Antes eu era faxineira, agora sirvo em buffet e, às vezes, pedem pra ficar no escritório atendendo telefone, anotando recado (Sujeito 06, feminino, 37 anos).

Vi mudança na vida social. Agora sei escrever e ler mais coisas. Posso assinar os documentos, antes eu carimbava com o dedo. Mas ainda não consegui tirar carta de motorista (Sujeito 01, masculino, 38 anos).

Mudou a caligrafia, o entendimento nas palavras, sei contar mais rápido o dinheiro, pego ônibus certo. No emprego não mudou muito, porque não mexo com escrita (Sujeito 04, masculino, 60 anos).

Mudou o relacionamento com os colegas de serviço. A gente começa a falar melhor. O tempo lá é curto, mas proveitoso (Sujeito 12, masculino, 49 anos).

Sim. Tirei carta de motorista e pude lembrar o que vi quando era menino, parte matemática. E ajudar meu filho que tá na 6ª série (Sujeito 14, masculino, 47 anos).

Sim. Fui convidado pra fazer lançamento de um livro. Parece que o livro foi um sucesso. E já estou preparando outro (Sujeito 07, masculino, 58 anos).

Os sujeitos percebem mudanças na vida pessoal, social e profissional, pois afirmam que tiveram melhorias na renda e reconhecimento profissional, observam maior desenvoltura no desenvolvimento das atividades cotidianas e nas interações sociais e familiares.

Constata-se que há reconhecimento do interesse e esforço em aprender, servindo de incentivo aos que tem intenção de voltar a estudar. Porém, há aqueles sujeitos que não veem progresso e muito menos validade do curso para sua transformação e da sua realidade, como apontam:

Não. O curso não me fez mudar em nada (Sujeito 05, masculino, 62 anos).

Era mais o certificado pra provar que eu tinha conhecimento. Preciso dar continuidade (Sujeito 17, feminino, 37 anos).

Queria continuar a estudar, aprender a ler, mas desanimei porque me formei no CEJA

sem saber ler. Só que se eu parar meu filho também para, e a Sorri exige que o jovem esteja estudando pra continuar a receber tratamento (Sujeito 18, feminino, 60 anos).

Não. Acho que deveria ser separado por séries (níveis de aprendizado) (Sujeito 15, feminino, 50 anos).

Nota-se que muitos sujeitos continuam com a concepção da não importância da educação, e que se “sobreviveu até agora poderá facilmente continuar sem ela”, além do que as salas são multiseriadas, ou seja, constituídas por alunos de diferentes faixa etárias e níveis de aprendizado, o que é um obstáculo para aqueles sujeitos que necessitam de um ensino individualizado, o que resulta, muitas vezes, na formação do aluno sem que obtenha realmente assimilação do conhecimento necessário e perceba a mudança social e/ou profissional.

Atualmente, jovens e adultos se encontram atribulados devido às novas exigências do mercado de trabalho, de forma que não basta ler e escrever, é preciso ter capacidade de interpretação, conhecimento tecnológico e manter-se atualizado. Apesar de as pessoas pouco letradas possuírem muitos conhecimentos válidos e úteis, elas estão excluídas de outras muitas possibilidades que a própria cultura oferece. A educação permanente representa uma “intimação”, a qual você aceita ou é excluído do sistema em que se vive.

Esses alunos não saíram da escola por acaso. Se o aluno frequenta a modalidade educação de Jovens e Adultos, é porque teve dificuldades anteriormente, no ensino regular. O problema da educação continua sendo o mesmo: a universalização avança, mas a qualidade de ensino não acompanha.

O jovem ou adulto, público-alvo do CEJA, deve se sentir acolhido e ter oportunidade de expressão e isso deve ficar claro para quem trabalha neste âmbito, para que estes profissionais tenham condições de implantar projetos audaciosos, que visem o cidadão teórico, crítico e prático.

Conclusão e sugestões

O significado correto de educação seria o que diz respeito à existência humana em toda

sua duração e em todos os seus aspectos. Desta forma, justifica-se lógica e socialmente a existência da modalidade de educação de jovens e adultos.

Para reaver a oportunidade de estudar perdida no passado por alguma razão, segue-se em busca do Centro de Educação de Jovens e Adultos a fim de apreender o conhecimento não adquirido na fase mais oportuna.

O aluno que frequenta a modalidade educativa de jovens e adultos é diferenciado, possui vivências significativas e um aprendizado muito rico obtido através da “escola da vida”. É um aluno que volta à escola para a realização de um sonho, ou porque se deparou com um mercado de trabalho seletivo, que está cada vez mais exigente, por motivação de familiares ou até mesmo para driblar a solidão. Outras vezes, o educando da EJA é aquele que evadiu no ensino regular, ainda criança ou até mesmo multirrepetente que ao se ver com 15 anos, encontra nesta modalidade uma “luz no fim do túnel”.

Nesta modalidade de ensino devem ser considerados alguns aspectos, tais como: a diversidade do público a que se destina, os modelos que atendam às realidades específicas e a seleção e distribuição dos conteúdos que considerem o desenvolvimento da personalidade do aluno e suas exigências sociais. Seguindo estes aspectos, nas distintas realidades encontradas os educadores devem trabalhar para o resgate do interesse e o desenvolvimento da criatividade e para possibilitar vivências através de atividades que estimulem o pensar e ajudem o sujeito a lidar com mais firmeza, confiança e responsabilidade nos problemas do seu dia a dia.

A pesquisa de campo constata que os motivos que levaram os jovens e adultos a não frequentar a unidade escolar na época oportuna são os mais diversos. As histórias de vida são diferenciadas, desde aqueles que não tiveram oportunidade por diferentes fatores, como, por exemplo, morar em locais distantes, até aqueles que sofreram com a fragilização dos vínculos familiares, o que influenciou no desestímulo para os estudos e inserção no mercado de trabalho, além daqueles que não viam importância nos estudos e as vítimas da cultura, ou seja, mulheres cujos pais não viam a necessidade de estudos.

A questão cultural brasileira em tempos passados, por sua vez, pesou bastante no que

diz respeito ao distanciamento das mulheres das instituições escolares, pois muitas mulheres alegam não ter dado continuidade aos estudos pelo simples fato de ser mulher, tendo em vista que o sexo feminino tinha e tem menos liberdade que o masculino. Pertencer ao gênero feminino já significou, predominantemente, dedicar-se à função de maternidade e de cuidados com o lar.

Em décadas passadas não faltava vontade de estudar, porém o trabalho tinha muito mais importância e futuro que os estudos, uma vez que morando longe das cidades, o fato de não saber ler e escrever não dificultava a obtenção de emprego no cultivo de lavouras, por exemplo.

Por outro lado, com o crescimento social, a mudança econômica e o avanço tecnológico, as pessoas se sentem obrigadas a procurar a escola na tentativa de conseguir um emprego na cidade, melhorar seu padrão de vida ou manter-se atualizadas.

Verifica-se que a não alfabetização em instituição escolarizada influencia na vida dos sujeitos, para alguns com maior intensidade que em outros. As dificuldades apontadas estão relacionadas às atividades do próprio cotidiano, enquanto para outros não faz diferença, pois conseguem ver no dia a dia um aprendizado e se apropriam de saberes alheios para o desempenho das obrigações diárias e responsabilidades do emprego. As mulheres, por sua vez, até hoje não sentem muita dificuldade advinda da falta de leitura e escrita.

O sujeito que já tem uma base de estudos não sente dificuldades em tarefas comuns do dia a dia, porém as encontra no momento de ingressar no mercado de trabalho ou em conquistar uma melhor colocação no mesmo. Alguns, inclusive, acabam por se acomodar.

Partindo deste ponto, fica claro que a alfabetização amplia a autonomia do sujeito, sendo que a ausência desta o impede de usufruir em plenitude seu “direito de ir e vir”, pois apresentam dificuldades em obter a carteira de habilitação e, algumas vezes ainda, em tomar ônibus, trem, etc.

A alfabetização é necessária não só para a ampliação da autonomia do próprio sujeito como também para incentivar a frequência escolar dos filhos e orientá-los nas lições de casa, porém não possuem condições de oferecer este acompanhamento por não ter uma base mínima de conhecimentos e, não existindo este alicerce,

procuram as unidades do CEJA, a fim de dirimir tal dificuldade.

Constata-se que o principal motivo de procura do CEJA é pelo desejo em adquirir o diploma, uma vez que a comprovação da conclusão do aprendizado é pré-requisito exigido para vários cargos, cursos e concursos, além daqueles que apesar de concluírem as séries iniciais pouco se apropriaram do saber ler e escrever, devendo ser revista a questão das salas multiseriadas com um único professor para ministrar vários conteúdos para diferentes alunos de diferentes níveis de escolaridade.

Dentro de uma sociedade capitalista e excludente será cada vez mais necessária a capacidade de se comunicar e de se reciclar continuamente. Uma inserção vantajosa no mercado de trabalho exige hoje uma melhor formação geral e não apenas treinamento em técnicas específicas. Trabalhadores com capacidade de resolver problemas e aprender continuamente têm mais condições de trabalhar com eficiência e negociar sua participação na distribuição das riquezas produzidas. Para participar politicamente de uma sociedade complexa como a brasileira, é preciso dominar instrumentos da cultura letrada.

Evidencia-se que os fatores que encorajam os alunos a continuar os estudos no CEJA são os mais variados, pois foram impulsionados pela diferença na forma de ensino comparada à maneira que se dava antigamente ou pela vontade de aprender para poder repassar os conhecimentos e, em outros casos, acima de tudo, melhorar o emprego e, conseqüentemente, a qualidade de vida.

A mudança adquirida no saber dos alunos é atribuída ao empenho no ensinar e no seu empenho pessoal em apreender conhecimentos e tornar-se sujeito de sua própria história.

Portanto, constata-se a extrema necessidade da inserção do profissional de Serviço Social no âmbito educacional na modalidade jovens e adultos para realização de um diagnóstico da realidade do aluno que ingressa no CEJA, tendo em mente, inclusive, que alguns deles nunca chegaram a sentar em uma carteira escolar ou pouco sentaram, no entanto, trazem bagagem riquíssima, com conhecimentos próprios produzidos no cotidiano, o que não pode ser ignorado. Neste trabalho, o assistente social deve atuar interdisciplinarmente com psicólogos,

professores e outros profissionais gabaritados para tanto, inclusive na divulgação da existência das unidades de CEJA do município e na implantação de projetos e programas que vão de encontro com anseios e necessidades, facilitando a conquista da ampliação da autonomia bem como os avanços em sua vida social após a alfabetização realizada pelo CEJA.

O assistente social é gabaritado para contribuir na efetiva transformação social e conquista da ampliação da autonomia dos alunos do CEJA.

A hipótese sugerida foi comprovada parcialmente, pois a ampliação da autonomia só se dá quando a leitura e a escrita inserem os jovens e adultos no mercado de trabalho, na sociedade e no mundo, mas nem todos saem com essa habilidade, de forma que somente quando a educação é bem “aplicada” esta se torna instrumento de transformação social e ferramenta na construção da amplitude da autonomia dos sujeitos, fazendo a resignificação de sua vida pessoal, laboral e social. Caso contrário, os alunos pouco se apropriam e não atingem de fato a tão desejada amplitude da autonomia.

Contudo, é necessária a formação de uma equipe qualificada, composta por diversas áreas profissionais, dentre elas a do assistente social, a fim de proporcionar um aprendizado de qualidade e prevenir a evasão escolar, implementar as ações desenvolvidas pelo programa, aproximando os profissionais da realidade social dos alunos das unidades de CEJA, e intensificar a oportunidade de expressão dos alunos quanto a expectativas e sugestões.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino; SOARES, L. (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 19-50.

BARBATO, S. **A perspectiva sócio-histórica na alfabetização de jovens e adultos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

BELLO, J. L. P. Educação no Brasil: a História das rupturas. **Pedagogia em foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

BIANCONCINI, M. L.; CARUSO, F. Apresentação: Educação não-formal. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 57, n. 4, out. 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252005000400013&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 mar. 2013

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.274**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: 14 mar. 2013.

_____. Presidência da República. **Lei n. 9.503**. Código de Transito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm>. Acesso em: 13 mar. 2013.

_____. Presidência da República. **Lei n. 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 13 mar. 2013.

_____. Presidência da República. **Lei n. 8069**. Institui o *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 13 mar. 2013.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 mar. 2013.

_____. Presidência da República. **Lei n. 4737**. Institui o Código Eleitoral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737.htm>. Acesso em: 13 mar. 2013.

CARREIRA, Denise. **O direito de aprender**. Encontro Regional de Educadores: Projeto Educação e Participação. São Paulo: Cenpec, Unicef, Itaú-Unicef, 2002.

CITELLI, A. **Comunicação e educação**: a linguagem em movimento. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2004

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; CONSELHO DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA – nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e

Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância – EAD. **Portal de Fóruns de Educação de Jovens e adultos**. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/ac/sites/forumeja.org.br.ac/files/RESOLUÇÃO%20DIRETRIZES%20OPERACIONAIS%20PARA%20EJA.doc>> Acesso em: 13 mar. 2013.

BRESSAN, C. R.. **Serviço Social na educação**. Brasília: CFESS, 2001. v. 3.

BUENO, F. S. **Silveira Bueno**: minidicionário da língua portuguesa. São Paulo: FTD, 2001.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. 10.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.

DEMO, P. **Cidadania tutelada, cidadania assistida**. São Paulo, Autores associados, 1995.

_____. **Metodologia do conhecimento científico**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FERREIRA, A. B. H. et al. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Org.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Guia da Escola Cidadã – Instituto Paulo Freire, 5).

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, vol. 4, n. 50, 2006.

GUERRA, E. E. B. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Isto se aprende com o ciclo básico**. São Paulo: SE/CENP, 1986.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

JÚNIOR, C. P. S. M. **O Direito à educação na realidade brasileira**. São Paulo: LTR, 2003.

LOPES, J. R. **Caderno do educador**: alfabetização

e letramento 1 / Janine Ramos Lopes, Maria Celeste Matos de Abreu, Maria Célia Elias Mattos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17085&Itemid=834>. Acesso em: 14 mar. 2013.

LOPES, S. P.; SOUZA, L. S. **EJA**: uma educação possível ou mera utopia? p. 15-16. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf> Acesso em: 13 mar. 2013.

MARTINS, E. B. C. **Serviço Social**: mediação escola e sociedade. Franca: UNESP – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2000.

MEC. **Pró-letramento**: programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem. Ed. rev. e ampl. incluindo SAEB/Prova Brasil matriz de referência/ Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008, p. 364. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17085&Itemid=834>. Acesso em: 14 mar. 2013.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELHORAMENTOS: minidicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1997.

MOREIRA, D. A. **Analfabetismo funcional**: o mal nosso de cada dia. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: Módulo 1. Brasília: Cead, 1999.

PALMA, D. **A prática dos profissionais**: o caso do Serviço Social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1987.

PINHEIRO, I. C. **Importância do Serviço Social no âmbito escolar**. Bauru, 2004, p. 56.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

POSSAS, W. M. **Boletim o Salto para o Futuro**: educação de jovens e adultos. Brasília: MEC/SEED, Série de Estudos, 1999. v. 10, p. 29-33.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CEJA. Bauru: Secretaria Municipal de Educação, 2008-2011.

RAMAL, A. C. **Boletim o Salto para o Futuro: educação de jovens e adultos**. Brasília: MEC/SEED, Série de Estudos, 1999. v. 10, p. 35-51.

SCHMELKES, S. Necessidades educacionais de camponeses e indígenas adultos. Tradução de Waldemar De Gregori. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES, 27 set. a 01 out. 1993. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1994. **Anais...** p.109-132.

SILVA, C. G. Serviço Social e reestruturação produtiva: entre a lógica do mercado e a defesa do projeto ético-político profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 94, p. 176-219, jun. 2008.

TEIXEIRA, A. S. **Educação no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1976 (Coleção: Atualidades Pedagógicas, n. 132).

_____. **Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004**. Brasília: UNESCO/MEC, 2007. (Coleção Educação para todos).

_____. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília: UNESCO, 2008.